

Algumas questões de relações internacionais em Georges Balandier

*Henrique Altemani de Oliveira**

A Fernando Augusto Albuquerque Mourão,
Mestre dedicado e Amigo sincero

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Toda minha carreira acadêmica decorreu do apoio, incentivo e orientação que recebi de Fernando Mourão, traduzidos no seu modo peculiar de transmissão de conhecimento e de acompanhamento contínuo nas diferentes fases do aprendizado. Fernando Mourão, sem quaisquer dúvidas, sempre foi e ainda é um mestre em tempo integral.

Meu interesse inicial pela África e a acolhida no Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, no início da década de 1970, deveu-se à confiança que Fernando Mourão demonstrou e a todo o seu esforço junto à Sonatrach (Société Nationale de Transport et Commercialization des Hydrocarbures) e à Comgás (Companhia Municipal de Gás) para que eu pudesse realizar minha pesquisa de campo na Argélia para minha Dissertação de Mestrado.

De outro lado, Fernando Mourão transmitiu-me não só o interesse pela África, mas igualmente a lição de correlacionar África com a política externa brasileira. Com todo este incentivo, meu Doutorado enfocou exatamente a Política Externa Brasileira e as Relações com a África.

* Professor de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do Grupo de Estudos Ásia Pacífico.

Nesta trajetória estudantil, fui, com seu auxílio, descobrindo uma nova área do conhecimento fazendo com que, na realidade, minha trajetória acadêmica fosse mantida no campo das Ciências Sociais, porém não mais com ênfase na Sociologia e sim nas Relações Internacionais.

Sem um entendimento adequado na época (década de 1970) e em uma disciplina ministrada por Fernando Mourão tive os primeiros contatos com a obra de Georges Balandier. Relendo-o hoje, tenho a nítida convicção de que Balandier já nesta década introduzia algumas questões que são atualmente apresentadas e consideradas como “de ponta” nas Relações Internacionais.

Em primeiro lugar, a ênfase na não exclusividade das dinâmicas internacionais e o imperativo de correlacionar os fatores internos com os fatores externos. Em segundo lugar, a partir da recusa de aceitação de explicações universalistas, o empenho na necessidade de detecção das “forças profundas” presentes em cada sociedade, na linha do pensamento da Historiografia Francesa das Relações Internacionais (RENOUVIN e DUROSELLE). E, em terceiro lugar, a análise dos conceitos de mito, imagem e mesmo a importância dos componentes psicossociais, que introduz fatores hoje defendidos pelas perspectivas construtivistas.

Enfim, o texto a seguir, recupera ponderações da década de 1970 sobre o pensamento de Balandier e de algumas questões decorrentes dos processos de descolonização, bem como dos ensaios de formação e consolidação de Estados e seus projetos de inserção internacional. Ainda que aparente (e possa ser) obsoleto, tem como objetivo resgatar algumas questões que Fernando Mourão nos propunha em suas aulas e que acabou marcando um conjunto extenso de pesquisadores hoje atuantes nos diferentes cursos de Relações Internacionais. Fernando Mourão, além de um intelectual que colaborou profundamente para a área dos Estudos Africanos no Brasil, teve também um papel fundamental no processo de consolidação das Relações Internacionais no país.

TEORIA SOCIOLÓGICA E TERCEIRO MUNDO

A análise sociológica dos diferentes processos de desenvolvimento das sociedades do Terceiro Mundo apresenta uma problemática peculiar derivada do fato de que as Ciências Sociais se construíram a partir de uma experiência limitada, a dos países ocidentais, e em função de um tipo privilegiado de sociedade, a sociedade industrial europeia.

Dessa forma, as diversas metodologias de investigação mostram-se inadequadas para a análise das sociedades do Terceiro Mundo.

A teoria da Modernização constituída a partir de modelos de países já desenvolvidos e pressupondo uma dicotomia tradicional-moderna como pólos de um contínuo, não se mostra adequada, ou melhor, não apresenta alternativas explicativas que abranjam o conjunto de problemas levantados pelos países em desenvolvimento.

O pressuposto inicial de que as sociedades tradicionais ou subdesenvolvidas estão numa fase anterior ao desenvolvimento e que este será atingido linearmente no tempo, correspondendo ao modelo evolutivo das sociedades desenvolvidas, numa perspectiva repetitiva e evolutiva da história e num modelo universal aplicável a qualquer sociedade.

Assim, o enfoque do desenvolvimento como processo transicional, como se tratasse de um simples processo de modificação das dimensões da estrutura social, não consegue apreender a dinâmica conflituosa própria dos países em desenvolvimento.

Para Leach (1961), a noção de um modelo universal apresenta-se destituído de qualquer valor, já que o estudo de uma sociedade permite descobrir, mediante técnicas estatísticas, regularidades de caráter sintomático que fazem sentido somente para aquele grupo social.

Neste sentido, a metodologia de Georges Balandier recusa todo sistema sociológico apoiado sobre quadros de referência fixos e imutáveis, visto que, para ele, toda sociedade traz em si sistemas de auto-interpretação.

Georges Balandier, definindo uma concepção nova do empreendimento sociológico, enfatiza que todo estudo das sociedades do Terceiro Mundo requer:

- 1º.: A pesquisa das características estruturais próprias deste conjunto de sociedades e cujo conceito de “Sociedade Tradicional” não é suficiente como explicação;
- 2º.: O assinalamento dos dinamismos, das forças que operam no “interior” mesmo destas estruturas e podem adquirir a capacidade de provocar-lhes a transformação;
- 3º.: A colocação em evidência dos processos de modificação dos arranjos sociais e culturais em atividade;

4º.: Por fim, a determinação das relações externas que afetam o futuro das sociedades em vias de desenvolvimento e de modernização (inclusive da dependência tecnológica) devido às quais elas não governam totalmente o seu futuro imediato (BALANDIER, 1976, p. 108-109).

MULTICAUSALIDADES E FORÇAS PROFUNDAS

Para compreender bem esta colocação de Balandier é necessário considerar que, para este autor, as sociedades não correspondem numa primeira análise ao que parecem ser ou ao que pretendem ser. Elas se exprimem em dois níveis distintos: “um, superficial, que apresenta as estruturas *oficiais*, e o outro, mais profundo, o qual assegura o acesso às relações reais, as mais fundamentais, e às práticas reveladoras da dinâmica do sistema social” (BALANDIER, 1976, p. VII). Destarte, é somente através da apreensão dos dois níveis de organização e de expressão e da determinação de suas múltiplas relações que a análise sociológica torna-se verdadeiramente crítica.

Nesta linha de raciocínio, a sociedade não pode, portanto, ser visualizada como um dado que submete todos os atores sociais às suas diretrizes. Não pode ser reconhecida como um conjunto definido por um tipo sociológico (a exemplo do *tipo ideal* de Max Weber), ou por um regime (segundo as definições dos políticos e dos economistas), ou por um modo de produção (como querem os marxistas). Por intermédio desta perspectiva, a sociedade aparece antes de tudo heterogênea, plural e movente. Sua definição deve ser formulada sobre o modo problemático, já que a natureza social comporta mais de aproximativo do que as interpretações deterministas ou formalistas deixam a entender.

Os enunciados teóricos de Balandier (*As dinâmicas sociais. Sentido e poder*) tentam estabelecer uma estrutura das dinâmicas sociais. Seu interesse é o de problematizar uma distinção muito importante entre dinâmicas externas (*du dehors*) e dinâmicas internas (*du dedans*). As dinâmicas internas distribuem-se segundo três ordens: “Aquela dos dinamismos inerentes ao sistema social, a sua condição de composição de funcionamento e de reprodução, a dos dinamismos pelo qual o sistema tende à sua plena realização, a dos dinamismos provocadores da transformação, acarretando uma mudança de regime estrutural

A dinâmica externa exerce seus efeitos sobre a precedente e pode exercer, em certas situações, efeitos de dominação.

Um dos primeiros resultados através desta postura metodológica é de induzir a repensar a noção de sistema em termos de *ordens de diferença* que se determinam como *intensidades*. Trata-se, na realidade, de uma posição adversa ao estruturalismo que pensa as diferenças em termos de oposição, portanto, de negação.

O conceito de situação colonial permite-nos compreender de uma forma mais objetiva a abordagem metodológica de Balandier, em termos de dinâmica diferencial.

Estudos anteriores à sua obra consideravam a aculturação quase que exclusivamente sob o aspecto do contato entre duas culturas. Herskovitz sublinhava que era preciso um contato contínuo e imediato entre grupos para que processos de aculturação pudessem se produzir; mas estes grupos só eram considerados como portadores de culturas diferentes, com uma preocupação de generalizar esta ordem de fenômenos. Considerava-se, então, como tal aspecto era influenciado pelo correspondente do outro.

Porém, para Balandier estas influências não podem ser estudadas isoladamente. É preciso analisar estes diferentes processos culturais no quadro social em que se produzem e que lhes dá sua especificidade.

Este quadro é a situação colonial. A situação colonial é global: uma sociedade colonizada não reage ao cristianismo, à industrialização, ao salário, etc., mas a uma pressão total, à colonização que engloba o cristianismo, a industrialização e o salariado. Assim, Balandier descreve a situação colonial como um conjunto de condições (dominação imposta por uma minoria estrangeira) e como um sistema que essencialmente organiza a dependência da sociedade colonizada em relação à sociedade colonial, que faz daquela uma sociedade-objeto em relação a esta.

Uma profunda diferença cultural separa os dois grupos (uma civilização de maquinismo, de economia possante, de ritmo rápido e de origem cristã em face de uma civilização sem técnicas complexas, de economia retardada, de ritmo lento e radicalmente não-cristã), porém o que mais importa e colore esta diferença é a empresa político-econômica da sociedade colonial sobre a sociedade colonizada.

Este instrumento conceitual que é a situação colonial permite interpretar, de modo muito mais convincente, que a noção de contato cultural os diferentes fenômenos.

Assim, Balandier, estudando o messianismo ba-kongo, considera que este se exprime abertamente no plano religioso, mas é muito mais profundamente uma afirmação da unidade do povo ba-kongo que procura se reorganizar, é uma recusa da alienação e da dependência. É uma reação global duma sociedade colonizada à tentativa de controle global por uma sociedade colonial. Nesta perspectiva, trata-se mais de contato entre sociedades do que entre culturas.

A predominância do social sobre o cultural significa que o fato econômico, inseparável do fato demográfico, desempenha um papel motor na evolução social. Desta maneira, para Balandier, o desenvolvimento local está fundamentalmente determinado pela ligação destes três termos:

- Características quantitativas das vilas (fator demográfico);
- Potencial da economia local (fator econômico);
- Adaptabilidade dos grupamentos a este potencial econômico (fator social e político).

Os problemas das jovens nações em desenvolvimento não podem ser compreendidos sem se conhecer bem o estado de dependência política que elas sofreram, mas também porque a constelação de condições que define a situação colonial está longe de desaparecer inteiramente com a descolonização política: as outras estruturas de dependência tendem a se perpetuar. Mesmo nos Estados onde estas estruturas foram reorientadas, principalmente no domínio econômico, o *complexo de inferioridade técnica* deve permanecer por algum tempo ainda, durante a fase de crescimento econômico.

Desta forma, a situação colonial apresenta incidências que afetam todas as instâncias da sociedade, sendo necessário visualizar as relações entre sociedade dominante e sociedade dominada como uma modalidade de relacionamentos implantados entre sociedades globais. O relacionamento estabelecido pelas sociedades tecnicamente mais avançadas com as menos desenvolvidas apresenta sempre um caráter não igualitário. O avanço tecnológico das primeiras permite a manutenção de uma posição dominante, que aumenta cada vez mais o afastamento diferencial existente entre elas e as sujeita a seus efeitos de dominação.

A estratégia adotada por diversos países em desenvolvimento de procurar reduzir seu atraso técnico, a selecionar e compensar as relações inevitavelmente desiguais mantidas com os países desenvolvidos, demonstra a importância dada a estes elementos – afastamento diferencial e intensidade das relações.

A influência das civilizações *unitárias* que as sociedades dominantes veiculam, o ingresso no campo da economia mundial, os progressos técnicos realizados (embora limitados e orientados), as reações coletivas à dominação sofrida (tendo para a organização de movimentos *nacionais*) são outros tantos processos próprios a reduzir a subordinação imposta, de saída. Ao mesmo tempo, tais transformações, agindo em favor das sociedades dominadas, permitem-lhes atuar no sentido de dar maior peso à massa de suas populações e à de suas riquezas potenciais. Assim, quando começam a deslocar-se os centros de poder ou os *centros de gravidade do mundo* – a configuração e a estrutura de todas as sociedades globais se transforma (BALANDIER, 1976, p. 178).

Portanto, para Balandier, as sociedades diferentes são também sociedades desiguais, assim como a diferença de poder se alarga entre elas. As sociedades predominantes utilizam a diferença para explicar, em termos de racionalidade e de eficácia, sua dominação e as dependências que resultam desta situação. Mas, elas provocam sua negação ao se apresentarem como modelo universal, como exemplo que deve ser reproduzido sem fim, pois se pretendem continuamente em avanço. De outro lado, as sociedades em vias de desenvolvimento rejeitam este encaminhamento, condenado à pura e simples repetição, isto é, o atraso e a posição de subordinação a que estão sujeitas. Este fato conduz estas sociedades à tomada da diferenciação como um elemento irredutível, um instrumento de sua oposição às condições exteriores.

O ponto principal de exame que estas constatações sugerem, para Balandier, é em que grau a relação de exterioridade e as diferenças que ela torna manifestas, mais a dinâmica externa que ela produz, intervêm na definição atual das sociedades. Pois, as diferenças multiplicam as possibilidades de desenvolvimento diferencial, multiplicando as alternativas; elas possibilitam às sociedades a escolha, em nível das relações entre as nações, de formas, que podem tomar a luta pelo poder (portadoras de dominação uniformizante), e de sentido (portador de valor e de diferença).

Normalmente, são de ordem externa os fatores que propulsionam as nações desenvolvidas ao progresso técnico e econômico. Assim, estas sociedades veem-se perante um duplo dilema: ou realizam o progresso em ritmo rápido, acarretando uma total reestruturação econômica e social de seu espaço geográfico, ou desenvolvem-se num processo lento, atendendo a solicitações mais de ordem exterior do que interior. Esta duplicidade de alternativas parcialmente explica a intensidade dos movimentos nacionais, bem como também porque após a independência política toda a ênfase é voltada para a soberania

econômica, sem a qual, segundo Balandier, “a soberania política ficaria vazia de qualquer conteúdo”.

O caráter externo das condições de desenvolvimento pode ser entendido sob outro prisma quando se considera que os instrumentos do progresso econômico são normalmente importados. Esta posição fica ainda mais clara quando se constata que as políticas de desenvolvimento adotadas enfatizam a introdução da indústria pesada em detrimento da indústria de bens de consumo imediato.

A necessidade de um desenvolvimento acelerado é muito mais premente para estas nações em decorrência do fato de que a explosão demográfica é muito superior ao aumento dos meios de produção, gerando pontos de desequilíbrios sociais e econômicos. Balandier apresenta o exemplo japonês no qual para se edificar o país em sociedade industrial recorre-se a uma exaltação do prestígio nacional e a uma política autoritária em detrimento das liberdades civis. O desenvolvimento econômico acelerado, diverso do processo gradual de industrialização pelo qual as nações europeias se desenvolveram, exige modalidades de organização e de intervenção não inspirados no modelo ocidental.

Note-se que quando as nações europeias se industrializaram, as possibilidades de expansão, ou, em outros termos, de colocação de seus produtos excedentes eram muito mais amplas em função das zonas colonizadas. A situação atual apresenta características muito inversas, em que as sociedades em vias de desenvolvimento estão submetidas a uma forte pressão de suas fronteiras e num momento em que o mercado mundial se reestrutura. As possibilidades de solução desta problemática não dependem unicamente de fatores internos, mas essencialmente de fatores externos.

A análise sociológica necessita considerar que o desenvolvimento global não é composto apenas por aspectos de ordem técnico-material, mas igualmente por um reordenamento das condições culturais e sociais. Daí advém uma complexidade maior no sentido de que os países em desenvolvimento sofrem, ao mesmo tempo, um duplo processo de edificação como nação e de modernização e industrialização. E no sentido em que as condições deste processo não resultam apenas de aspectos internos, mas estão submetidas a intervenções de conjuntos políticos externos de grande extensão, estes são induzidos a optar por espaços de desenvolvimento diferentes.

Têm, assim, uma gama de alternativas de opção por fórmulas mais apropriadas às condições locais. Esta colocação revela as características específicas do processo de desenvolvimento e a necessidade de uma transformação

das relações internacionais através de uma cooperação não só técnica, mas também material.

Conforme Balandier, “o problema do subdesenvolvimento, se exige, para ser resolvido, uma transformação das estruturas internas. requer, do mesmo modo, um reordenamento das relações internacionais. Neste domínio, é insuficiente e largamente ilusório esperar uma colaboração intensiva que associe todas as nações, e capaz de reativar os investimentos, assim como as trocas comerciais. Introduzir novos parceiros no sistema de economia moderna, construir novos conjuntos sócio-políticos só seria possível se os países “adiantados” também realizassem as mutações necessárias. A incapacidade do Terceiro Mundo é alimentada pelas desigualdades e pelas dependências sobre as quais aqueles países alicerçam e mantêm, provisoriamente o seu poderio” (BALANDIER, 1976, p. 201).

Nesta linha de raciocínio, em carta enviada ao Secretário da Organização das Nações Unidas, o presidente argelino Houari Boumédiene advogava a necessidade de uma reestruturação das relações internacionais: “A Argélia reafirma sua convicção profunda de que o único caminho de salvação reside na instauração de uma cooperação internacional verdadeira implicando na transformação radical das estruturas econômicas atuais e excluindo todo espírito de dominação e de exploração e toda idéia de retorno à ordem anterior. Somente uma transformação das estruturas estabelecidas, indo no sentido da História e conforme o progresso é de natureza a assegurar a regulamentação harmoniosa dos grandes problemas econômicos atuais e salvaguardar a paz e a justiça no Mundo” (ARGÉLIA, 1975. p. 388),

Balandier confere em sua metodologia, um papel relevante ao conceito do mito na análise de dependência política e econômica. O mito apresentou funções diversas durante o desenrolar do processo histórico colonial. Numa primeira fase, o mito funcionou como fator de reconhecimento, interpretação e aceitação do fato colonial. Depois, ele passa a representar a reação contra a dominação capitalista, chegando, numa terceira fase, a interpretar a reivindicação da independência, transformando-se de mito em ideologia e depois em doutrina política.

No primeiro momento, o de aceitação e reconhecimento do fato colonial, há uma tomada de consciência deformada em relação à situação colonial. Enfatiza-se a superioridade material do colonizador e a respectiva inferioridade do nativo, ocorrendo assim um processo de enquadramento (alocação passiva) dos novos elementos dentro da sociedade colonizada.

Já na fase de reação à dominação, procura-se restabelecer os valores, o estilo de vida próprio, ou então a maneira de ser e a cultura específica da sociedade. Esta reação pode ser observada pela oposição aos que, embora indígenas, colaboravam com o colonialismo; ou através dos movimentos proféticos e messiânicos que representam também a desestruturação política à qual os colonizados estavam relegados.

A passagem do mito à ideologia política ocorre no momento em que se organiza a reivindicação de autonomia e depois da independência. Desde que os movimentos nacionais tomam forma e estão orientados por determinado número de responsáveis, a ideologia política se constrói.

Dentro do quadro de preocupações deste trabalho, o mito convertido em ideologia apresenta um papel dominante na análise dos movimentos árabes de independência, articulando-se em torno de dois eixos principais: a construção do Estado e a construção das bases de uma economia diversificada. A ênfase na edificação do Estado advém do fato de ser considerado como a única forma de promover a união dos grupos étnicos ou religiosos, ao mesmo tempo em que expressa uma tomada de consciência da necessidade de um aparelho administrativo indispensável à integração nacional e à promoção da recuperação das riquezas nacionais.

A construção da base econômica é colocada em nível dos imperativos nacionais, sendo que seu objetivo primário é a construção de uma economia nacional diversificada, integrada e libertada de todos os laços de dependência externa.

Para Michel Chatelus (1974), o termo nacional deve ser encarado em sentido diferente daquele que normalmente lhe é dado em referência a uma Nação-Estado. Ele representa mais a forma de uma reação anti-imperialista atacando as diversas facetas deste imperialismo: política, econômica e cultural. Tende a dar primazia aos aspectos nacionais e pan-arabistas do combate pela unidade e independência levando em conta as aspirações ao desenvolvimento econômico e ao progresso social.

É preciso lembrar aqui que a noção de nacionalidade não existia no direito muçulmano, sendo substituída pela única noção de comunidade, a *umma*. A *umma* representava uma “comunidade de caráter político-religioso, constituída inicialmente pelos Companheiros do Profeta e depois por todos os muçulmanos” (BENDEDDOUCHE, 1973, p. 127). Entretanto, no início do século XIX com a intrusão das potências europeias nos países do Islã e com o fracionamento do império turco aparece a noção de nacionalidade.

Emile Sicard (1968, p. 301-302), analisando o processo de reconstrução de uma nação propriamente argelina, enfoca aspectos que ele denomina de “aspirações”.

A primeira destas aspirações seria a unidade etno-religiosa de diâmetro argelino, colocando o problema da unidade de diâmetro árabe tanto no interior das fronteiras argelinas quanto no seu exterior. Não se pode negar as diversidades étnicas existentes no solo argelino (Kabylas, Chaonea, Mozabitas), nem a existência de relações específicas ligadas a estas diversidades; numa perspectiva paralela, num fundo religioso comum, aparece uma multiplicidade de formas religiosas: nas instituições, nas práticas, no sentimento e no pensamento. A unidade – e aqui um dos fundamentos da unidade nacional - aparece na aspiração à unidade etno-religiosa.

A segunda aspiração pode ser classificada como unidade linguística de tipo argelino. Trata-se aqui mais da busca da unidade linguística de forma árabe do que de disputa entre língua nacional e língua do colonizador. A incidência sócio-política subjacente a esta aspiração representa a afirmação da impossibilidade de compreensão das diversas formas linguísticas árabes no interior das fronteiras. A ocorrência de multiplicidade de bilinguismos na conversação corrente (dialetos árabes diferentes, dialetos berberes diferentes, formas árabes integradas às formas berberes ou vice-versa) levando a uma confusão intelectual quase total na própria conversação elementar advém não da pobreza da língua, mas em decorrência mesmo de sua riqueza face à incultura árabe da massa.

Para Emile Sicard, tanto nesta quanto na outra aspiração, coloca-se o erro de se buscar uma especificidade numa unidade linguística, numa unidade etno-religiosa, quando isto não representa uma unidade argelina, mas uma unidade árabe. Note-se que “o desenvolvimento da idéia de especificidade pela Argélia é nada menos do que a exigência do direito à diferença, apesar da submissão cada vez maior a determinações externas em razão do crescimento das comunicações materiais e externas” (ETIENNE, 1972, p. 69).

Além destas aspirações, colocam-se ainda as de unidade histórica argelina representando uma descolonização de história argelina e as de posição de algerianidade face ao mundo e a si mesmo.

No entanto, para o autor, todas as aspirações estão num plano psicossocial, ao nível das relações interpessoais, constituindo elementos fundamentais, mas superficiais, aparentes, visíveis numa primeira análise. Da mesma forma que

Balandier, Sicard advoga a necessidade de analisar o nível mais profundo que assegura o acesso às relações reais e às práticas reveladoras da dinâmica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Note-se que Balandier adota a análise comparativa não para realçar fenômenos similares que permitam desenvolver um modelo universal, mas para apreender o que cada sociedade tem de específico; fixa um comparativo diferencial para realçar as especificidades. Enfatiza a análise em termos de ordens de diferença para revelar as relações reais que permitam uma visualização da sociedade tal como ela é e não como aparenta ser.

Além da análise da diferenciação através dos dados dinâmicos, é necessário observar igualmente as pressões que o tempo impõe aos sistemas sociais. Estas pressões, segundo Balandier, apresentam-se de três formas: a relação com o passado, a definição anterior da sociedade impõe o constrangimento do sistema (...); a relação com o presente - o que poderíamos chamar de definição imediata do social - manifesta o constrangimento das práticas próprias dos diversos atores, da práxis (...); a relação com o futuro, a definição prospectiva da sociedade faz aparecer o constrangimento das tendências, das forças de desenvolvimento e de mudança, e a necessidade de optar entre os possíveis que toda formação social traz consigo” (BALANDIER, 1976, p. 62-63).

Esta posição implica em se acatar a coexistência, numa mesma sociedade, de configurações etárias diferentes que tornam mais complexa a interpretação das mudanças sociais.

Desta forma, por intermédio da análise dos dinamismos internos e externos da sociedade e das pressões do tempo, pode-se aferir que a sociedade se faz e se transforma dentro de contradições definíveis, sendo que o problema decisivo a propósito do futuro social é o da participação contínua da maior parte dos atores sociais às definições da sociedade; controle mútuo do poder e criação coletiva do sentido da sociedade.

São Paulo, Brasil, Junho de 2011.

BIBLIOGRAFIA

ARGÉLIA, Sonatrach. *Conférence des souverains et chefs d'Etat des pays membres de l'OPEP*. Alger: Sonatrach, 1975.

BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais*. Sentido e poder. São Paulo: DIFEL, 1976.

BENDEDDOUCHE, Jacqueline. *Notion de nationalité et nationalité algérienne*. Alger: SNED, 1973.

CHATELUS, Michel. *Stratégies pour le Moyen-Orient*. Paris: Calman-Lévy, 1974.

ETIENNE, Bruno. Le vocabulaire politique de la légitimité en Algérie. *Annuaire de l'Afrique du Nord*. Paris: CNRS, 1972.

LEACH, E. R. *Rethinking Anthropology*. London: The Athlone Press, 1961.

SICARD, Emile. Essai d'analyse sociologique schématique sur la construction de La nation algérienne. In: _____. *Sociologie de la "construction nationale" dans les nouveaux Etats*. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie. Université Libre de Bruxelles, 1968.